

A literatura em transe de Ricardo Piglia e Rubens Figueiredo: o conflito das ideias na Academia

Literature in trance in Ricardo Piglia and Rubens Figueiredo's works: conflicting ideas in the university

Paulo César S. de Oliveira *

RESUMO: Este trabalho tem como tema a questão do empobrecimento do debate intelectual. Através da análise de duas narrativas contemporâneas, **O caminho de Ida**, de Ricardo Piglia (2014), romance em que o espaço acadêmico é representado como cenário de ideias em conflito, e do conto “A última palavra”, da coletânea **Contos de Pedro**, de Rubens Figueiredo (2006), visa a compreender o problema das relações críticas entre ética, estética e academia. Com isso, na leitura comparativa dessas obras veremos de que modo será encenada a problematização do escritor, da literatura e do intelectual frente ao mundo da mercadoria, traduzida pelo termo globalização. Com foco na recente reflexão teórica sobre o debate intelectual na academia, investigaremos de que maneiras a ficção de Piglia e Figueiredo, optando pela paródia, pelo uso da ironia e da crítica político-ideológica para ficcionalizar um mundo em que o sujeito histórico se encontra enredado, lança luzes sobre questões contemporâneas, a saber: o conflito entre a tradição e o novo; o sujeito enclausurado no mundo da mobilidade; e as possibilidades éticas em tempos voláteis.

PALAVRAS-CHAVE: Academia. Crítica. Ficção. Escritor. Intelectual.

ABSTRACT: This paper discusses the issues concerning the impoverishment of the intellectual debate from the standpoint of the literary readings of some contemporary narratives, in special, **O caminho de Ida**, by Ricardo Piglia (2014), in which the academic field is represented as an arena of conflicting ideas, and the short-story “A última palavra”, extracted from the collection **Contos de Pedro**, by Rubens Figueiredo (2006). Therefore, in reading these works comparatively, we observe that a discussion on the role of the writer, the literature and the intellectual concernig the world of objects, of goods, whose best term, economically and politically speaking is globalization. Focusing on the recent theoretical reflections of the present context of the academic crisis, we will study the option for parody, irony and polical-ideological criticism carried out by Piglia and Figueiredo's narratives. The conflicts between tradition and the new and between ethics and the new possibilities of conceptual thought will be the core center os the issues here highlighted.

KEYWORDS: Academia. Criticism. Fiction. Writer. Intellectual.

* Doutor em Poética pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor adjunto de Teoria Literária da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista Procientista UERJ/FAPERJ e coordenador da Especialização em Estudos Literários da Faculdade de Professores da UERJ. Faz estágio de pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense, sob a supervisão da professora Dra. Lucia Helena. Líder do Grupo CNPq “Poéticas do Contemporâneo” e Vice-líder do Grupo CNPq “Nação-Narração”. Autor de *Poética da distensão* (Manaus: Muiraquitã; Prefeitura de Manaus, 2010).

1. Uma narrativa emblemática

Em seu mais recente romance, há pouco publicado no Brasil, **O caminho de Ida** (2014), o romancista e teórico Ricardo Piglia novamente traz à cena a personagem Emilio Renzi, também narrador da trama. O romance trata de um período em que o argentino Renzi se muda para os Estados Unidos, após aceitar uma proposta de trabalho como *visiting professor* na conceituada Taylor University. Lá, ele reencontra a professora Ida Brown, com quem travara breve contato três anos antes, quando da sua primeira experiência acadêmica naquela mesma instituição. Ida Brown é imediatamente descrita por Renzi como uma mulher de temperamento mordaz, maldoso e de aparência distinta. A frase com que ela o cumprimenta, ao recepcioná-lo em sua chegada, confirma para o leitor essa percepção: “Bem-vindo ao cemitério aonde vêm morrer os escritores” (PIGLIA, 2014, p. 17). O narrador Renzi, como a confirmar os prognósticos de Ida Brown, vai aos poucos nos revelando o universo acadêmico no qual ingressa. Um pouco mais adiante, no início na trama, ele assim descreve os seis alunos inscritos em seu curso:

Era sem dúvida um grupo de elite, muito bem treinado, com aquele ar de conspiração que os doutorandos têm durante os anos em que estudam juntos e escrevem sua tese. É um tipo de treinamento muito estranho, desconhecido na Argentina. Parece mais um ginásio de boxe do Bronx onde os jovens lutadores são treinados por velhos campeões semiaposentados que os golpeiam e lhes dão ordens no ringue, correndo sempre o risco de acabar na lona. Acho que é um dos poucos ritos de passagem ainda vigentes no mundo ocidental; quem sabe os conventos medievais tivessem a mesma atmosfera de sigilo, de privilégio e de tédio, porque aqui os estudantes estão quase reclusos, se movimentam num círculo fechado, convivendo – como sobreviventes de um naufrágio – com seus professores (PIGLIA, 2014, p. 31). (Grifos nossos).

A descrição da academia como um local envolto em tédio, conspiração e luta, por um lado, e de privilégios e reclusão, de outro, irá guiar nossa leitura. No sentido de compreender o caráter ambíguo de que se reveste a narrativa de Ricardo Piglia, lemos a obra na dupla acepção que a coloca entre o cinismo e a crítica ácida, características marcantes do universo ficcional das chamadas *campi novels*¹ e o mistério das narrativas detetivescas. Inicialmente, e

¹ As *campi novels*, também chamadas de *academic novels*, *university novels*, *college novels* e traduzidas frequentemente para o português como “romances acadêmicos” são uma espécie de subgênero recente. Obras geralmente narradas por um professor ou estudante, era inicialmente um gênero pomposo de escrita, que valorizava a crítica social e a divisão de classes, assemelhando-se, em muitos casos ao *Bildungsroman*. A *campus novel*

aparentemente, circunscrita ao universo das *campi novels*, *O caminho de Ida* vai pouco a pouco se revelando também uma narrativa policial. Acresce que certas escolhas da voz narrativa, com que a personagem Emílio Renzi conduz o relato, revela um tom memorialístico que, ao lado do recurso do ensaio, amplia o universo ficcional para campos cooperativos de interpretação.

Na primeira fase da narrativa, mais especificamente no primeiro capítulo, intitulado “O acidente”, Emilio Renzi constata que, entre o mundo da academia e o mundo social no qual as universidades americanas se inscrevem abre-se um grande fosso. No romance, essa observação é bem representada pelo seletivo grupo de seis estudantes, os quais têm consciência dessa distinção e de seu suposto ou autoproclamado papel como membros de uma “elite” social, intelectual, econômica e política. Sobre eles, Emílio Renzi nos informa: “sabem que no mundo exterior ninguém está muito interessado em literatura e que eles são os conservadores críticos de uma gloriosa tradição em crise” (PIGLIA, 2014, p. 31-32).

Descritos como “jovens assassinos principiantes trancafiados numa penitenciária federal”, esses alunos (e potenciais homicidas) circulam pelos *campi* americanos, “pacíficos e elegantes, pensados para deixar a experiência e as paixões do lado de fora”, onde “por baixo correm altas ondas de cólera subterrânea: a terrível violência dos homens educados”. Pela recolha dessas impressões, Renzi irá concluir que “as universidades substituíram os guetos como lugares da violência psíquica” (PIGLIA, 2014, p. 32). Nesse sentido, o olhar do narrador-protagonista se dirige especialmente, e simultaneamente, ao microcosmo da universidade como espécie de espelho refratário, que testemunha as disparidades e dessimetrias da sociedade como um todo. De forma irônica, Renzi conclui que “daqui a pouco, só os homens com experiências na prisão e na guerra é que serão incumbidos de administrar as universidades” (PIGLIA, 2014, p. 32).

O embate cultural vai sendo encaminhado paulatinamente por Renzi, especialmente quando começa o curso que ministrará na Taylor University, animado pela possibilidade de “transmitir às novas gerações os modos de ler e os saberes culturais – e os preconceitos – da época” (PIGLIA, 2014, p. 33). Deste modo, a partir de uma obra de William Henry Hudson

ganhou contornos de crítica mais ácida e irônica, a partir da primeira metade do século XX. Com a emergência dos *Cultural Studies* e do papel da universidade como *locus* privilegiado da discussão conceitual e política, em relação aos aspectos sociais da cultura e da arte, o gênero foi ganhando contornos cada vez mais híbridos. No caso de *O caminho de Ida*, de Ricardo Piglia, a mescla entre romance policial, *campus novel*, ensaio e narrativa memorialística se vale ainda de alguns elementos da metaficção historiográfica, o que lhe confere uma abertura que serve a um sem número de possibilidades interpretativas, oferecendo ao gênero, ou subgênero, das *campi novels*, possibilidades amplas de crítica e teorização.

(1841-1922), **Idle days in Patagonia** (1893), Renzi propõe um diálogo com uma narrativa de Joseph Conrad, **Juventude**, romance que dá início à série em que a famosa personagem Marlow é o narrador.² A escolha dos dois escritores e de suas respectivas obras não é fortuita.

Hudson era filho de americanos. Nascido em Buenos Aires, foi criado no pampa argentino e imigrou para a Inglaterra, em 1874, lá vivendo até sua morte, em 1922. Já Joseph Conrad (1857-1924), era polonês de nascimento e também se estabeleceu na Inglaterra, tendo lá vivido e exercido sua profissão de escritor até a sua morte. Como Renzi, Ricardo Piglia, professor emérito da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, é um estrangeiro ensinando em terra estrangeira, em país de língua inglesa. O círculo narrativo construído em **O caminho de Ida** se fecha para depois abrir-se a incorporações desse tipo: discute o mundo acadêmico a partir do olhar estrangeiro e das relações intertextuais, intratextuais e metatextuais, construindo no texto ficcional um espaço deslizante de temas, subtemas, conceitos, definições, ideogramas e estratégias narrativas que informam ao leitor que o “caminho” da leitura não é apenas bifurcado, ele é multidirecional.

As discussões do mundo presente vão formando aos poucos, junto com a análise do complexo universo acadêmico das *campi novels*, uma espécie de teia plurissignificativa, que incorpora, como vimos, o ensaio, o relato biográfico, autobiográfico e o texto acadêmico, além das informações históricas, sociais e políticas com que Piglia vai montando o cenário da discussão detetivesca que se instituirá no romance. Por isso, não deve ter se espantado o leitor com a entrada em cena da personagem Thomas Munk, já no adiantado da narrativa. Antes de discutirmos essa personagem, uma paráfrase da trama pode ser construtiva para melhor definir o contexto ficcional em que esta personagem se insere.

Uma série de assassinatos contra professores universitários desencadeia uma investigação do FBI sobre a identidade deste *serial killer*, bem como sobre sua motivação para os crimes. A famosa agência de investigação é impotente para descobrir a identidade do assassino, só revelada após denúncia de que Thomas Munk, matemático formado em Harvard, é o responsável pelas explosões que vitimaram cientistas norte-americanos. Munk era filho de uma família de poloneses prósperos, sem antecedentes criminais e sem ligações políticas, um gênio precoce da matemática, de saúde precária, inventivo e investigativo, excelente leitor e

² Especialmente em **O coração das trevas**, narrativa de Joseph Conrad em que Marlow descreve seu mergulho no universo sombrio da colonização inglesa em África.

pensador e extraordinário como professor. Essa descrição serve para que, a certa altura do romance, o narrador apresente uma das grandes questões da trama:

Como era possível que esse jovem tivesse virado um terrorista? Não era um perdedor radical, como Enzensberger os caracterizaria anos mais tarde, não era um ressentido social nem um marginalizado, era um jovem norte-americano bem-sucedido; não era um fanático religioso nem um marxista (PIGLIA, 2014, p. 155).

Thomas Munk, ficcionalização do matemático e escritor Theodore Kaczynski – condenado à prisão perpétua pela morte de três pessoas e de vinte e seis feridos – é de origem estrangeira, assim como os escritores Conrad e Hudson, e foi professor universitário e escritor. A cadeia de significantes que vai entretecendo a trama de **O caminho de Ida** nos leva obrigatoriamente ao manifesto de Kaczynski, intitulado **Industrial society and its future** (2014). Como não é nosso objetivo, neste momento, analisar o manifesto e suas interpretações, iremos apenas acentuar uma breve passagem do documento que interessa à nossa leitura do romance de Piglia. Nesta citação, veremos que a relação estabelecida entre o terrorista e a sociedade de controle é bem delineada. Ali se encena a relação de crítica que o terrorista Kaczynski (e não o ficcional, Munk) estabelece entre os indivíduos e os pequenos grupos frente às largas corporações e seus poderes:

Some people take the line that modern man has too much power, too much control over nature; they argue for a more passive attitude on the part of the human race. At best these people are expressing themselves unclearly, because they fail to distinguish between power for LARGE ORGANIZATIONS and power for INDIVIDUALS and SMALL GROUPS. (...) Generally speaking, the vast power of “modern man” over nature is exercised not by individuals or small groups but by large organizations. To the extent that the average modern INDIVIDUAL can wield the power of technology, he is permitted to do so only within narrow limits and only under the supervision and control of the system. (...) His PERSONAL power over nature is slight (KACZYNSKI, 2014, p. 26). (Grifos do autor).³

³ Algumas pessoas acreditam que o homem moderno tem muito poder, muito controle sobre a natureza; eles defendem uma atitude mais passiva por parte da raça humana. Na melhor das hipóteses se expressam pouco claramente, porque não distinguem entre o poder das GRANDES ORGANIZAÇÕES e o poder das PESSOAS e dos PEQUENOS GRUPOS. (...) Em termos gerais, o vasto poder do “homem moderno” sobre a natureza é exercido não por indivíduos ou por grupos pequenos, mas por grandes organizações. A extensão com que uma PESSOA comum atualmente pode exercer o poder da tecnologia situa-se dentro de estreitos limites e apenas sob a supervisão e o controle do sistema. (...) Seu poder PESSOAL sobre a natureza é pequeno (KACZYNSKI, 2014, p. 26). (Tradução disponível em: <https://n-1.cc/file/download/1708759>). (Grifos do autor).

Primitive INDIVIDUALS and SMALL GROUPS actually had considerable power over nature; or maybe it would be better to say power WITHIN nature. When primitive man needed food he knew how to find and prepare edible roots, how to track game and take it with homemade weapons. He knew how to protect himself from heat cold, rain, dangerous animals, etc. But primitive man did relatively little damage to nature because the COLLECTIVE power of primitive society was negligible compared to the COLLECTIVE power of industrial society (KACZYNSKI, 2014, p. 26).⁴

A politização do discurso por parte de um dos membros da academia aponta no romance de Piglia para a própria questão inserida, até mesmo superficialmente, na narrativa, mas que para nossa reflexão será crucial: qual o papel das Humanidades frente às demandas acadêmicas, hoje? O que fazer quando as instituições de pensamento, como as universidades, encontram-se, especialmente no âmbito das Ciências Humanas, expostas a uma crise, que resulta na oposição entre o individual e o coletivo, entre um grupo de protetores da “gloriosa tradição em crise” e um mundo que se esfacela frente ao terrorismo, às epidemias transnacionais e à anomia? Munk opta pela ação radical, ao enviar cartas-bomba a diversos membros das academias de ciências, para ele, os cooptadores na destruição da natureza, por sua ligação acrítica com as grandes corporações. Frente a isso, a pergunta insistente que o romance persegue é: o que pode o pensamento? O que pode a ação do crítico, da crítica, do intelectual? Eles seriam, hoje, atores suficientes e eficientes para dar uma resposta às indagações de nosso mundo? Essas problemáticas recortam a narrativa de Piglia, como a pontuar uma discussão mais ampla, que ultrapassa o jogo cínico das *campi novels* e o apelo da narrativa detetivesca, ou mesmo o recurso à intertextualidade ostensiva e ao memorialismo que se fundem à metaficção historiográfica, produzindo híbrido de ensaio e ficção, que é o romance em questão

Para Eduardo Vieira da Silva (2014, p. 90), a postura de Kaczynski, posteriormente ficcionalizado por Piglia, é a do *parresiasta*, ou seja, daquele que diz a verdade sem dissimulação, em oposição ao polemista, cujo discurso visa a aniquilar o outro:

A relação do parresiasta com a verdade não é da mesma natureza que aquela de Platão estabelecida como “universal”, da “ideia” como realidade do mundo,

⁴ INDIVÍDUOS e PEQUENOS GRUPOS primitivos na realidade tinham um poder considerável sobre a natureza; ou melhor, DENTRO da natureza. Quando o homem primitivo precisava comida sabia como encontrar e preparar raízes comestíveis, como seguir a pista de uma caça e capturá-la com armas feitas em casa. Sabia como proteger-se do calor, do frio, da chuva, dos animais perigosos, etc. Mas provocou relativamente pouco dano à natureza porque o poder COLETIVO da sociedade primitiva era insignificante comparado com o poder COLETIVO da sociedade industrial (KACZYNSKI, 2014, p. 26). (Tradução disponível em: <https://n-1.cc/file/download/1708759>). (Grifos do autor).

acima e além do plano dos sentidos. A verdade de Kaczynski, na esteira dos cínicos, intenta arrancar a máscara e revelar a rusticidade do poder soberano (...) Em outros termos, visa revelar a verdade de uma época, empunhando sua própria máscara, aquela produzida pelo desejo de espetáculo do FBI – o jovem com óculos de aviador –, ou aquela produzida pelo próprio Kaczynski / *Unabomber* – o terror como tática de interceptação do discurso falso, que finge ouvir, mas que atua de forma resoluta para restringir às dimensões mínimas os princípios de *isonomia* e *isegoria* que regulam os espaços de democracia formal. No entanto, não há em Kaczynski/*Unabomber* o desejo de preservação das regras do jogo dos “pais fundadores” da democracia estadunidense, mas o de “abrir as comportas” para o livre fluxo das palavras na ágora para a diluição da sociedade tecnológica contemporânea.

Eduardo Vieira da Silva percebe muito bem que, em uma sociedade dessimétrica, a isonomia e a isegoria dos discursos não só não são possíveis, elas estabelecem relações desiguais e de força, expressas, em contrapartida no cansaço frente à razão, na falta de objetividade e de crença em instituições, resultando um estado de anomia que predomina. Em relação à questão do terrorismo, a perplexidade quanto a Kaczynski / Munk (o sujeito histórico e o ficcional) serem membros da classe alta e não párias, ou ressentidos, no sentido que se confere aos aliados das benesses da globalização, torna a questão mais complexa. O próprio terrorismo e a violência, dirá Jean Baudrillard (1996, p. 31), são espelhos “convexos e deformantes da ordem e da cena política”. Para Baudrillard (1996, p. 31), “a violência é anômica e o terrorismo é anômalo. (...) Mais violento do que a violência, assim é o terrorismo, cuja espiral transpolítica corresponde à mesma elevação aos extremos na ausência da regra do jogo”. Da anomia e da anomalia, decorre uma situação paradoxal. Para Baudrillard (1996, p. 33), “porque nada mais [na sociedade de hoje] tem sentido, tudo deveria funcionar perfeitamente”. Desta forma, “um estado posterior ao sistema, de proliferação e de saturação, produz o pânico e o terror”, o que desemboca nos objetivos aplicáveis do sistema de controle e vigilância:

Não há metafísica nisso: são estados objetivos do sistema. Podemos aplicá-lo ao trânsito automobilístico ou ao sistema de circulação da responsabilidade – é a mesma coisa. Liberdade, segurança, terror: atravessamos as etapas sucessivas em todas as áreas. Responsabilidade pessoal, depois controle (encarregar-se de uma responsabilidade por uma instância objetiva), depois terror (responsabilidade generalizada e chantagem com a responsabilidade) (BAUDRILLARD, 1996, p. 33).

Em **O caminho de Ida** os conteúdos éticos, estéticos e político-ideológicos da narrativa estruturam um saber sobre o mundo de hoje que ultrapassa a trama policial e ganha contornos críticos os quais, ao final, dirão respeito ao papel dos intelectuais em face de seu posicionamento como indivíduos e como grupo na sociedade globalizada.

Voltando ao romance, reafirmamos que ali se trava uma dupla e ambígua discussão, já por nós indicada no início de nosso trabalho, sobre as relações entre ética e academia. As camadas de ódio subterrâneo, descritas na primeira parte do romance e que se assomam na narrativa preparam o terreno para a encenação do debate intelectual, pavimentada com a entrada do terrorista solitário, Thomas Munk, na trama. Se neste momento da trama o mistério policial não mais se concentra na identidade do terrorista, resta saber o porquê dos crimes e o motivo pelo qual uma professora da área das Letras tenha sido um dos alvos de Munk, já que as ações do terrorista visavam fundamentalmente cientistas de áreas técnicas, aos quais se opunha, pois para ele eram como agentes do capitalismo mundial e estavam no controle das armas de dominação que Munk combatia. Alguma explicação a mais talvez seja necessária ao leitor não familiarizado com o romance de Piglia.

Ida Brown, respeitável e brilhante acadêmica, é a professora responsável pelo convite e posterior ingresso de Emílio Renzi no quadro de professores da Taylor University. Eventualmente, os dois se tornam amantes. A relação entre os Brown e Renzi é distante e descompromissada, principalmente por parte de Ida:

Não telefonei para ela, o acordo era que não nos escreveríamos, nem sequer abriríamos uma conta secreta de e-mail, não se tratava de palavras nem de coisas ditas: obedeceríamos aos termos do acordo que ela fizera questão de impor, definindo as condições de sua relação comigo e as fronteiras da paixão (PIGLIA, 2014, p. 54).

Ida e Renzi encenam uma espécie de “ficção vivida entre dois estranhos”, como em um teatro de representações e de jogos extremos (PIGLIA, 2014, p. 54). O breve *affair* é interrompido pela morte de Ida Brown, em um suposto acidente de carro que, logo se descobre, está ligado a uma carta-bomba enviada supostamente por Munk. Daí, a perplexidade de Renzi, que se concentra em descobrir o porquê de uma professora da área das Humanidades ser alvo de um atentado circunscrito antes somente a cientistas, engenheiros e congêneres. Piglia irá reencenar a morte de Brown a partir da descoberta do narrador Renzi de uma pista sobre a

identidade do terrorista, possivelmente decifrada por Ida através da leitura que ela fizera do romance **O agente secreto**, de Joseph Conrad. Isolando as frases sublinhadas por Brown, Renzi vai desenrolando o que chama de “o fio de Ariadne” das ideias de Munk: atentados contra personagens políticos, templos, igrejas, restaurantes, teatros, seriam vistos como crimes de paixão não política e deveriam ser descartados; ao invés disso, é preciso que uma ação contundente abale o senso comum, e esta deve ser enigmática e, ao mesmo tempo, incompreensível e racional, daí o ataque aos matemáticos, visto por Munk como religião moderna, a partir de um trecho destacado por Brown da obra de Conrad: “Atacar os fundamentos da crença social é a política revolucionária de nossa época. Seremos rebeldes como Prometeu e verdadeiros homens de ação quando formos capazes de lançar nossas bombas incendiárias contra a matemática e a ciência” (PIGLIA, 2014, p. 197).

A encenação ficcional de Piglia coloca o debate sobre a questão intelectual na arena das ideias e os problemas em torno das relações entre ética, estética e ensino, via academia, como elementos essenciais à discussão. Ao problematizar o debate intelectual, levando-o às áreas do terrorismo, da globalização, das crenças políticas e das utopias desfeitas, Piglia acaba pondo e repondo o discurso literário no circuito das importantes reflexões que se propõem pensar o empobrecimento do debate intelectual, especialmente no âmbito da academia.

Se a “gloriosa tradição em crise” diz mais respeito às artes – e à literatura, em particular – o ataque às ciências e à matemática acabará afetando o senso comum, segundo Munk, lançando o debate a outras esferas: tanto a ciência quanto a matemática são compreendidas pelo pensamento ordinário como razão do bem-estar e da prosperidade, mas sua instrumentalização, advoga Munk, levou o mundo à crise ecológica, humana e civilizacional, estimulando práticas de poder discricionárias. Que a literatura tenha sido a fonte de uma revelação e uma professora da área das Humanidades tenha descoberto nela o credo posto em prática por Munk denota a estratégia de Piglia em fazer com que **O caminho de Ida** defenda um certo protagonismo da arte, reavaliando o alcance e a importância do debate intelectual, inserindo o discurso literário no circuito das questões urgentes da contemporaneidade (terrorismo, violência, globalização, poder, ideologia etc.). Isso feito, aponta seu poder de *mathesis*, que pode inclusive não apenas inverter, mas suspender a lógica do senso comum: “Não era a realidade que permitia entender um romance, era um romance que facultava a compreensão de uma realidade que durante muitos anos permanecera impenetrável” (PIGLIA, 2014, p. 197).

Por ter descoberto esse caminho de leitura, o que a leva a alertar as autoridades sobre a possível identidade do terrorista, Brown é morta, o que desvenda o mistério de uma professora de Letras ter sido alvo dos atentados, o que, entretanto, não explica o caminho de Ida: a descoberta, pela leitura atenta dos textos, quase exegética, que vai aos poucos desvendando as motivações de Munk para a perpetração de atos tão radicais, além da possibilidade de, pouco a pouco, por meio da investigação textual, acabar revelando a identidade do autor. Desta forma, o caminho de Ida é também uma trilha aberta, do texto ao autor, uma discussão daquilo que, no texto, denuncia uma biografia, já que o sujeito que cria seu texto também é por ele criado.

A discussão é ampla, seu alcance múltiplo. Importa, por enquanto, destacar sua feição na trama, guardando os efeitos de leitura para mais adiante. Como o romance de Piglia fala mais alto para o mundo acadêmico do centro avançado do capital, no caso, os Estados Unidos, uma outra narrativa ficcional, desta feita o conto “A última palavra”, da coletânea **Contos de Pedro**, de Rubens Figueiredo (2006), pode estabelecer uma relação mais acurada com o que queremos discutir, principalmente por situar sua trama em outro universo acadêmico, o brasileiro.

2. Em torno da ética e da não-ética

No extenso conto de 46 páginas, entraremos em contato com a história de Pedro, ambicioso estudante de Letras, cuja opção pelo mundo do dinheiro e da mercadoria colidiu com a promissora carreira de teórico e com sua promessa de romancista. Pedro era aluno pobre de um curso de Letras de uma universidade pública brasileira, cujas aspirações à celebridade acadêmica vão pouco a pouco cedendo lugar ao desejo de enriquecer, o que realmente acaba acontecendo, inicialmente quando ingressa na universidade pública, como professor, passando pelos progressivos estágios de submersão na lógica do dinheiro e da corrupção. Leiamos este percurso, através de duas linhas narrativas. A primeira, persegue os sonhos do jovem aspirante a intelectual e ficcionista; a segunda, o de corrupto aprendiz e mais tarde de carreirista ladino e perspicaz, único a escapar de um escândalo que envolve a repartição pública onde trabalhava.

Entre esses dois vieses narrativos, o conto vai estruturando uma série de problemas a serem interrogados: podemos lê-lo como (meta) ficção, escrita biográfica, escrita pseudo-autobiográfica ou narrativa puramente imaginativa. Podemos ainda compreendê-lo como uma espécie de ficcionalização do desencanto pós-moderno em relação aos lugares da literatura e da arte; ou ainda, como reflexão sobre o papel do intelectual e da universidade, especialmente nos cursos de Teoria Literária e nos Departamentos de Letras. Em verdade, este conto pode ser lido,

em última instância, como uma narrativa ficcional de teses, ou mesmo como uma espécie literária em diálogo com os pressupostos das *campi novels* que, como vimos anteriormente, se referem a um (sub) gênero contemporâneo ligado à prosa de ficção e que tem como cenário a vida acadêmica. Nessas narrativas, professores, especialmente, os de Letras ou das Humanidades, em geral, exercem papel fundamental, já que, supostamente, são os guardiões do segredo da literatura, são seus procuradores e seus agentes.

A cultura da mercadoria, que em sua origem esteve ligada ao *kitsch*, é representada por meio dessas duas narrativas até aqui abordadas, as quais revelam a adoração pelos produtos culturais e de bens de consumo, muitas vezes de gosto duvidoso, que expressam e delineiam ainda o excesso de frivolidade, banalidade e artificialidade como marca de nosso tempo, embora frivolidades e banalidades não sejam deméritos nossos, nem de nossa época. Entretanto, a academia, espaço em que estas representações devem ou deveriam ser mais bem discutidas e mais profundamente questionadas, ao contrário do que se espera de uma análise crítica mais contundente, torna-se arena de disputas e interesses menores, o que estas narrativas ora cínicas, ora paródicas denunciam.

O título do conto de Rubens Figueiredo, “A última palavra”, neste sentido, pode ser bem representado por uma passagem, em que se lê:

Agora, em sua casa, não havia móvel, aparelho, roupa ou alimento que não fosse *a última palavra* da indústria e da publicidade. Comprá-los uns após o outro para substituir os anteriores era, literalmente, pôr na sua boca *a última palavra*. Quando se sentava para escrever diante da tela acesa do computador, até uma hora da madrugada, Pedro queria fazer valer seu direito – ser raro, ser único, ser o último (FIGUEIREDO, 2006, p. 128). (Grifos nossos).

A “última palavra”, assim como “o último grito” da moda, a “última novidade” teórica são ideogramas de uma sociedade em que a espetacularização e a novidade andam juntas e ditam comportamentos, ações e reações. O percurso de Pedro, da pobreza ao poder e ao luxo, será compreendido, por um lado, como perseguição consciente da fama – seja ela por méritos ou comprada – e, por outro, como vontade, desejo de possuir, o que leva, necessariamente à vontade de poder.

Para Pedro, o mundo utilitário da mercadoria e do dinheiro serve a dois modos de arrivismo: o socioeconômico e o intelectual. Ao primeiro, Pedro se entrega por meio da

corrupção; ao segundo, através do tráfico de influências e das alianças com que vai compondo uma escala de favores e comprometimentos que o favoreçam na busca da fama e de seu reconhecimento como escritor. Não basta a Pedro a riqueza e a ostentação que o dinheiro e a corrupção lhe proporcionam. Dividido entre o capital, o utilitarismo do mundo das mercadorias e dos bens de consumo e a vaidade intelectual, Pedro conjuga o pior das duas formas de arrivismo: a do capitalista *nouveau riche* e a do intelectual utilitário.

Para Pedro, o mundo do escritor e do intelectual eram ambos partes de um mesmo universo de benesses, concessões, influências, aprovações. O acesso a esse mundo se daria, por um lado, galgando os muros da *intelligentsia*, que Pedro transpõe inicialmente por conta de um concurso público duvidoso para professor universitário, cargo que logo abandonará por conta do baixo salário; e, por outro lado, através de um bom emprego público, com o qual Pedro se torna poderoso, seja por meio do dinheiro que amalha, seja pela influência política oriunda do cargo de que se serve, o que lhe propicia a compra de uma editora e mesmo de críticas favoráveis a suas obras literárias, em matérias pagas de jornais.

Nas inúmeras possibilidades de leitura do conto de Figueiredo, o estatuto da Teoria Literária como disciplina acadêmica, a crítica feroz à instituição universitária, a visão irônica e desabusada do mundo da espetacularização e da mercadoria e, finalmente, a visão irônica e ácida do mundo da fama, das celebridades intelectuais e literárias são temas recorrentes que se entrecruzam e nos servem de bússola. Com relação a essas questões, analisemos duas citações específicas para a melhor compreensão do que nos inquieta nesta reflexão. A primeira, a retiramos do próprio conto: “Por experiência, [Pedro] sabia que não existia nada que se comparasse ao gosto de um poder exercido com eficácia” (FIGUEIREDO, 2006, p. 126). A segunda, da obra **The division of literature**, de Peggy Kamuf (1997, p. 3):

(...) what are the limits of the institution “within” which something called literature (“great literature”, “the Canon”, “the literary tradition”, and so forth) is supposed to be taught? Why does the first question entail the second? And why does the question that *literature* poses to itself put in question this other institution that is the university?⁵

⁵ [...] quais são os limites da instituição “dentro” da qual algo chamado literatura (“alta literatura”, o “Cânone”, “a tradição literária”, e daí em diante) supostamente deva ser ensinado? Por que a primeira questão pressupõe a segunda? E por que a questão que o termo *literatura* coloca a si próprio, coloca também em questão esta outra instituição que é a universidade? (Nossa tradução).

A reflexão de Kamuf toca em um aspecto essencial, tanto no que concerne ao papel da literatura e da teoria, quanto no que diz respeito aos estatutos da instituição universitária. A universidade é uma ideia relativamente recente e a questão que envolve seu funcionamento e critérios evoca outros problemas, como o da responsabilidade. Em sua “Introdução” a **O conflito das faculdades** (*Der Streit der Fakultäten*), Immanuel Kant (1993, p. 19-20) nos diz que:

Não foi uma inspiração calamitosa a de quem primeiro concebeu o pensamento e o propôs à realização pública de tratar todo o conjunto do saber (em rigor, das cabeças a ele voltadas) por assim dizer *industrialmente*, em que, graças à divisão do trabalho, se nomeariam tanto mestres públicos, professores, quanto os ramos das ciências; seriam eles como os seus depositários, formariam em conjunto uma espécie de entidade colectiva erudita, chamada *universidade* (ou escola superior), que teria a sua autonomia (pois os eruditos podem, enquanto tais, julgar eruditos); por conseguinte, a universidade, graças às suas *Faculdades* (pequenas sociedades diferentes, segundo a diversidade dos principais ramos da erudição em que se dividem os outros universitários), é autorizada quer a admitir alunos das escolas inferiores, quer a fornecer mestres livres (que não constituem membros seus), chamados *doutores*, após exame prévio e por poder próprio, com uma categoria universalmente reconhecida (para lhes conferir um grau), *i. e.*, os *criar*. (Grifos do editor e do autor).

Kant revela que, além dos eruditos corporativos, a universidade pode abrigar eruditos independentes, como os que compõem as Academias e as Sociedades Científicas e de Cultura. O filósofo ainda distingue os autênticos eruditos dos letrados. Os segundos certamente estudaram nas universidades, mas podem ter esquecido a teoria de lá advinda e limitam-se a ocupar um cargo público ou uma posição de destaque, que os torna “*homens de afazeres* ou técnicos do saber” (KANT, 1993, p. 20).

Ao dividir as Faculdades em duas modalidades, superiores e inferiores, Kant aponta que as primeiras estão ligadas aos interesses dos governantes, enquanto as inferiores têm unicamente o dever de zelar pelos interesses da ciência. Como é o governo quem sanciona e legitima os deveres das Faculdades superiores, visto que o que lhe interessa é manter a influência sobre o povo, Kant advoga que as Faculdades inferiores devem se estabelecer em importância, ou seja, o filósofo aponta o caráter político, condicional, da instituição acadêmica, ela própria uma instituição que deveria primar pela incondicionalidade. Jacques Derrida (1999, p. 86-87) tratará deste tema ao mostrar que a autonomia da universidade é uma ficção:

Sem dúvida essa autonomia se justifica em si mesma pelo axioma de que somente sábios podem julgar sábios, tautologia que se pode crer ligada tanto à essência do saber quanto ao saber do saber. Entretanto, se se trata de legitimar saberes, se se trata de produzir efeitos públicos dessa autonomia ideal, então, nisso, a Universidade não se autoriza mais por si própria. Ela é autorizada (*berechtigt*) por uma instância não-universitária, neste caso, pelo Estado, e de acordo com critérios que não são mais, necessariamente e em última análise, os da competência científica, mas os de uma certa performatividade.

Ao final, a questão que importa a Derrida (1999, p. 118) está sintetizada na pergunta; “qual é a legitimidade desse sistema jurídico-racional e político-jurídico da Universidade, etc.?” Se o problema das universidades e sua incondicionalidade nos conduz a aporias, a pergunta sobre a literatura como uma disciplina ou um departamento de ensino acadêmico, encaminhada por Peggy Kamuf (1997), traz em seu cerne outros sem número de problemas: quem legitima aquele que ensina literatura e como ser legitimado em relação a uma disciplina de cuja incondicionalidade o sujeito legitimado depende? O próprio termo “disciplina” já não contraria o estatuto da incondicionalidade própria da literatura? Para Kamuf, a “catacrese” é a figura que melhor define a relação da disciplina Literatura com a instituição a que se liga. Façamos, a seguir, um breve desvio, retomando a leitura do conto de Figueiredo e alguma contribuição de Gerard Genette, para mais adiante retomarmos o que Kamuf nos apresenta.

No conto de Figueiredo, o processo pelo qual o mundo exterior, ou não-texto, é mimetizado, faz aflorar um material conceitual a partir do qual novas estruturas podem ser pensadas. Deste modo, o conto de Figueiredo, o qual, como dissemos, se estabelece na forma de uma narrativa de teses, criando e recriando, em sua economia interna, um saber acerca de suas próprias formas de organização pode ser também lido e questionado como uma ficcionalização em torno da universidade; sobre os departamentos de Letras; acerca do processo de aprendizagem e da formação de um jovem e sua educação sentimental; a respeito das relações autobiográficas que se inserem na trama; ou até mesmo sobre aquilo que Gérard Genette (1982, p. 10-11) classificará de relações metatextuais, ou seja, o “commentaire qui unit un texte à un autre texte dont il parle, sans nécessairement le citer (le convoquer), voire, à la limite, sans le nommer”⁶, o que é próprio da relação crítica.

⁶ (...) “comentário que une um texto a um outro texto de onde ele fala, sem necessariamente citá-lo (convocá-lo), realmente, até o limite, sem nomeá-lo”. (Nossa tradução).

Deste modo, o olhar provocador de Rubens Figueiredo sobre o mundo pré-dado, e que podemos chamar, com Gerard Genette, de não-texto, *provoca* a Teoria, no duplo sentido de que requer dela uma resposta, ao mesmo tempo em que discute seu papel dentro da academia. Se o termo literatura é uma espécie de figura de linguagem que consiste no emprego de uma ou mais palavras fora de seu significado usual, uma “catacrese”, como entendeu Peggy Kamuf, a instituição da disciplina Teoria na universidade moderna pode ser vista como um traço de ambiguidade inerente ao processo de estabelecimento de um saber que provoca o próprio Saber, este ente maiúsculo que se arvora em organismo e se pretende, sem conseguir ser, o *locus* da incondicionalidade, como disse Jacques Derrida (2003, p. 14): “liberdade *incondicional* de questionamento e de proposição, ou até mesmo, e mais ainda, o direito de dizer publicamente tudo o que uma pesquisa, um saber e um pensamento da *verdade* exigem”.

Assim, o debate ficcionalizado no conto de Rubens Figueiredo acaba por estimular um outro, que gira em torno da universidade como instituição e da Teoria como detentora (ou ex-detentora) do monopólio da reflexão literária. Se Pedro ascende na universidade através de concursos fraudulentos, conchavos, favores, chantagens, bajulações, disputas mesquinhas por cargos e posições, não menos cínica e antiética é a sua vertiginosa ascensão como novo rico. Capital e intelectualidade, debate crítico e globalização são, nesta obra, não somente desmistificados e/ou desconstruídos, mas também problematizados e postos em circulação na corrente sanguínea das questões contemporâneas, cujas fronteiras vêm se alargando sobremaneira. Essas problemáticas chegaram timidamente, em nossa literatura, sob a égide de uma crítica ácida às estruturas do universo acadêmico e/ou bacharelesco, que já se podia notar em Machado de Assis e suas discussões pioneiras acerca de nossa cultura bacharelesca, cuja exemplaridade é personificada por Brás Cubas. Migrando para os departamentos da universidade brasileira moderna, aquelas primeiras ilações machadianas são meticulosamente desveladas em “A última palavra”, de Rubens Figueiredo.

Desta forma, Figueiredo inscreve seu conto na parca vertente da produção ficcional brasileira contemporânea que se concentra na ficcionalização da universidade, os chamados “romances da vida acadêmica”. Mas a qualidade mais expressiva de sua narrativa consiste na subversão e distensão deste universo, fundamentalmente quando trata da desumanização do homem frente ao mundo da mercadoria. Figueiredo mostra que o debate intelectual não é imune ao processo de dissolução de valores, nem se aparta do movimento geral das questões postas pela sociedade. Ao contrário, a discussão crítica é profundamente marcada pela mesma visão

utilitária que tudo transforma em produto, elegendo a mercadoria como novo *totem* para o qual teremos que nos ajoelhar, no altar do deus Mercado.

3. Para algumas (in) conclusões

O século XX legou à Teoria um papel preponderante. Desde o Formalismo Russo, dominante entre as décadas de 10 e 30 do século passado, aos domínios da Estilística e da Nova Crítica, nos anos 30 e 40, a Teoria Literária passou pelo furacão estruturalista, que dominou a cena teórica e ajudou a consolidar a hegemonia da Teoria nas universidades europeias e, por extensão, nas brasileiras, a partir da década de 50. A Teoria ampliou e distendeu seu campo de influência com a emergência dos Estudos Culturais e do neomarxismo. Ambas as correntes criticarão a hegemonia da Teoria e conclamarão o subalterno, as minorias, a diferença sexual, o colonizado, como os nomes diversos da alteridade à margem.

Contudo, fronteira pouco explorada, a reflexão ficcional sobre a universidade (e aqui, especificamente, falamos do caso brasileiro) e seus dramas, tramas e intrigas encontram, na ficção de Figueiredo, matéria de reflexão original, a provocar perguntas cujas respostas não podem fechar questão: como ensinar algo como a literatura, cuja natureza reside na problematização constante, inclusive de si própria, como objeto de saber? Qual o papel daquele que a ensina? Como discutir o papel das instituições que abrigam Estudos Literários no respeito à incondicionalidade da instituição literária, visto que a própria natureza da literatura reside em questionar as instituições e à si própria também como instituição? Que papel exerce o leitor e qual a importância dessa figura em face do literário? Enfim, qual a função do autor como autoridade, responsável por aquilo que se recria a partir do não-texto, e que chamamos vulgarmente de “o real”, visto que em seu próprio texto ele é uma entidade diferida?

No caso de Ricardo Piglia, vimos que os poderes da ficção e das Humanidades residem especialmente no fato de que o conflito entre as faculdades superiores e inferiores, já intuído por Kant, somente se estabelece quando temos a consciência de que, à incondicionalidade impossível, que se dá somente por uma utopia precária, é preciso justapor uma nova possibilidade interpretativa, que desenovele, nas aporias do pensamento, o fio de Ariadne, para que a imobilidade e o impasse não demitam a mobilidade do pensamento. Se o sonho da razão produziu monstros, os híbridos da desrazão igualmente podem assombrar sobremaneira nosso pensamento. A literatura, nos mostra Piglia, não nos salva, assim como não salvou Ida Brown, mas é através do conhecimento que ela, em sua incondicionalidade propicia, que possibilitou à

professora desvendar os processos mentais por que passou a elaboração terrorista de Thomas Munk. A verdade da escritura, já o disse bem Platão, é tanto veneno como remédio para o pensamento.

São essas questões que, no âmbito da *mathesis*, da *semiosis* e da *mimesis*, as três forças da literatura, conforme Roland Barthes pensou, podem fazer vibrar uma resposta, conclamando a Teoria e, ambigualmente, provocando respostas e inevitáveis aporias. É no conto de Figueiredo que uma dessas aporias, quer seja, a da universidade como um lugar da incondicionalidade, mas que ao mesmo tempo capitula ao imperativo categórico de uma não-ética, que podemos perceber a necessidade da teorização.

Barthes (1987, p. 10) é contundente, ao mostrar que

(...) A “inocência” moderna fala do poder como se ele fosse um: de um lado, aqueles que o têm, de outro, os que não o têm; acreditamos que o poder fosse um objeto exemplarmente político; acreditamos agora que é também um objeto ideológico, que ele se insinua nos lugares onde não o ouvíamos de início, nas instituições, nos ensinos, mas, em suma que ele é sempre uno. (...) Acreditamos então que o poder está presente nos mais finos mecanismos do intercâmbio social: não somente no Estado, nas classes, nos grupos, mas ainda nas modas, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas, e até mesmo nos impulsos liberadores que tentam contestá-lo: chamo de discurso de poder todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe.

Ainda conforme Barthes, se o poder é disseminado e se situa aqui, ali e alhures, a literatura se inscreve como signo de despoder ou, como disse Jacques Derrida (1992, p. 74):

Every literary work “betrays” the dream of a new institution of literature. It betrays it first by revealing it: each work is unique and is a new institution unto itself. But it also betrays it in causing it to fail; insofar, as it is unique, it appears in an institutional field designed so that it cuts itself up and abducts itself there (...).⁷

Às expensas de uma possível idealização da literatura, Barthes já a defendera como “signo de despoder”, pois ela pode combater o poder da língua no interior da própria língua; ela contém um princípio de liberdade que não depende da pessoa civil do escritor, nem do

⁷ Cada obra literária “trai” o sonho de uma nova instituição da literatura. Ela trai primeiro ao revelar a instituição: cada obra é única e é uma nova instituição dentro dela mesma. Mas ela também trai a instituição quando a faz fracassar; na medida em que é única, ela, a literatura, aparece em um campo institucional desenhado de forma a que ela própria se retalhe e se abduza no próprio campo (...). (Nossa tradução).

conteúdo da obra, mas se organiza a partir da força dos saberes que assume (a *Mathesis*), da força de representação que a faz representar o irrepresentável, ou seja, o real (a *Mimesis*) e do jogo com os signos (*Semiosis*), quando se volta para o texto e o toma como índice de despoder, ou seja: a Semiologia não nega o signo, ela nega que seja “possível atribuir-lhe caracteres positivos, fixos, a-históricos, em suma: científicos” (BARTHES, 1987, p. 36-37). Como consequência, a Semiologia não é uma metalinguagem e embora tenha uma relação intrínseca com a ciência não é uma disciplina.

Consequentemente, o estudo das narrativas de Piglia e Figueiredo vai nos revelando algo que, no pensamento de Derrida e Barthes, aponta para a paratopia própria do escritor e da escrita: estar e não estar; ser ao mesmo tempo uma ética e uma não-ética, pois, falando de dentro da língua, ela subverte seus mecanismos enquanto remete a si própria, ela mesmo, a literatura, sendo instituição que denuncia seus próprios postulados. O que faz o Texto senão desvelar seus próprios mecanismos ideológicos, ao dizer aos leitores: sou uma ficção, sou uma invenção, uma farsa, minto a você, basta que me leia e desmascare. A literatura, como se vê, denuncia a si própria e com isso subverte as proposições do senso comum.

Voltando ao romance de Piglia, podemos dizer que “a gloriosa tradição em crise”, resguardada por jovens estudantes reclusos e desconfiados, violentos e potenciais assassinos, é bem característica do universo acadêmico hodierno, e não à toa, o romance tem na mira a literatura como seu alvo, e a encontra em uma espécie de encruzilhada de Édipo: qual caminho a seguir, em uma estrada tripartite cuja lógica é a do mercado que transforma ideias e reflexões em produtos da moda? O *lonely ranger* Thomas Munk optou pela guerrilha solitária, enquadrando-se na rubrica do terrorismo. Contrapondo-se a ele, a personagem de Rubens Figueiredo, Pedro, embriagou-se do que havia de mais danoso na vida intelectual e acadêmica: o arrivismo, seja intelectual, econômico ou político, aliado a um senso de oportunismo por que se pauta o mundo das relações interpessoais que se concentram na lógica do produto, requer que se restitua à arena o embate renovado acerca do problema da ética nas relações humanas. Se há ainda um poder da literatura, talvez esse resida no campo da *Mathesis*, ou quem sabe na volatilidade de seus limites e alcances, hoje: saber algo, conforme disse Roland Barthes, requer que devolvamos esse saber acumulado sob a forma de novas utopias, ainda que sejam as do precário como bem definiu Lucia Helena, em **Náufragos da esperança** (2012): uma utopia possível e passível de ser alcançada na reapropriação dos conteúdos éticos sob as novas condições que se impõem pela sociedade globalizada, na era do capitalismo líquido.

Os efeitos dessa reflexão, oriundos da leitura de duas narrativas ficcionais tão distintas, mas que se tocam no que diz respeito ao mundo da academia que ambas desconstróem, se farão notar a cada vez que colocamos em pauta alguns questionamentos: pode a literatura ser instituída? Podem suas fronteiras incertas ser fechadas? Quem coloca essas questões e com qual autoridade? Para Peggy Kamuf, “these questions come to be posed from the place of that other institution that is the university, although in that process the sense in which the latter is simply other will itself be opened to questioning”.⁸ As obras literárias aqui trazidas cumprem este papel, que é estabelecer os poderes do texto, na acepção barthesiana, mas também tratam de uma possibilidade ética, que todo texto, afinal, pode conter. Com sua ênfase na força dos saberes, o texto literário pode, ainda que seu alcance seja tão limitado, promover no mínimo uma ética da pesquisa. Essa ética não admite outra lógica que não seja a inclusiva, nem se permite escolher ou rejeitar temas e reflexões: aberta, esta ética incorpora a todo seu discurso a diferença e potencializa em cada texto seu vigor desconstrutivo. Nesta acepção, neste tempo sem-origem em que se firma o campo da escritura, a literatura pode tudo arrastar para a virulência da diferença.

Para finalizar, gostaríamos de encerrar essa intervenção com uma breve fala de Ricardo Piglia (1985, p. 165-166), que bem pode significar uma abertura interpretativa para outros trabalhos, dado que é inconclusiva:

No se le hubiera ocurrido a la sociedad capitalista inventar una práctica tan privada, tan improductiva desde el punto de vista económico. Digo la producción del sujeto en su casa, con medios que él mismo puede controlar, que es una cosa que a la sociedad no le gusta nada, porque en definitiva lo que hace falta es comprarse un bloc, papel y um lápiz... En la medida en que el sujeto es dueño de sus medios, la sociedad mira eso con desconfianza – digo la lógica misma del funcionamiento de la sociedad, no digo los sujetos aislados – la sociedad – esto ya Marx lo discutió –, la sociedad no puede entender ese trabajo improductivo, no puede entender algo hecho sin interés económico⁹

⁸ “(...) estas questões são colocadas a partir de um lugar que é o daquela outra instituição, a universidade, embora neste processo a noção de que a literatura é um outro seja passível de questionamento”. (Nossa tradução).

⁹ “Não ocorreu à sociedade capitalista inventar uma prática tão privada, tão improdutiva do ponto de vista econômico. Digo a produção do sujeito em sua casa, com meios que ele mesmo pode controlar, que é uma coisa que a sociedade não tolera, porque ao final, o que faz falta ao escritor é comprar um bloco, um papel, um lápis... Na medida em que o sujeito é dono de seus meios, a sociedade o olha com desconfiança – falo da lógica mesma do funcionamento da sociedade e não falo dos sujeitos ilhados – a sociedade – isto Marx já discutiu – a sociedade não pode entender esse trabalho improdutivo, não pode entender algo feito sem interesse econômico”. (Nossa tradução).

Referências bibliográficas

BARTHES, R. **Aula**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1987.

BAUDRILLARD, J. **As estratégias fatais**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

DERRIDA, J. **A Universidade sem condição**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

_____. **Acts of literature**. New York; London: Routledge, 1992.

FIGUEIREDO, R. **Contos de Pedro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GENETTE, G. **Palimpsestes: la littérature au second degré**. Paris: Éditions du Seuil, 1982.

GONZÁLEZ, S. I. Piglia Y Renzi: el autor y un personaje de ficción. **Congreso Brasileiro de Hispanistas**, São Paulo, Universidade de São Paulo, ano 2, out. 2002.

HELENA, L. **Náufragos da esperança: a literatura na era da incerteza**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2012.

KACZYNSKI, T. **Industrial society and its future**. Disponível em: <http://editions-hache.com/essais/pdf/kaczynski2.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2014.

KAMUF, P. **The division of literature: or the university in deconstruction**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1997.

KANT, I. **O conflito das faculdades**. Lisboa: Edições 70, 1993.

PIGLIA, R. **O caminho de Ida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Crítica y ficción**. Buenos Aires: Debolsillo, 2014. 1. ed. 1986.

_____. La literatura nos permite discutir cuestiones políticas. In: FRIERA, Silvana. Entrevista com Ricardo Piglia. **Cultura & Espectáculos**, Buenos Aires, 4 ago. 2013. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/espectaculos/4-29449-2013-08-04.html>.

PRADELLI, Â. Ricardo Piglia: la lucidez de un crítico. **Lea**, Buenos Aires, año 1, n. 9, 2001, pp. 14- 17.

SILVA, E, V, da. Unabomber, um parresiasista no Império. **Ecopolítica**, 10, set-dez. 2014, pp. 50-92.

Artigo recebido em: 28.02.2015

Artigo aceito em: 09.06.2015